

Contribuições para a agenda
de políticas educacionais do

PARÁ



INTRODUÇÃO

Este breve material tem como objetivo apresentar algumas contribuições para a agenda de políticas educacionais do Pará, no contexto do início da gestão 2023-2026. Ele é composto por duas seções:



1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE HELDER BARBALHO

Aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha do governador eleito, observando o programa de governo, discursos e redes sociais.



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO PARÁ

Traz contribuições para a agenda educacional do Pará, a partir das recomendações prioritárias elencadas no documento Educação Já 2022¹.

¹ O documento “Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira” apresenta recomendações de políticas educacionais para as gestões estaduais e federal eleitas em 2022. Ele foi construído com a colaboração de dezenas de especialistas e organizações que atuam no campo educacional e pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/iniciativa-educacao-ja/>

1. EDUCAÇÃO NA CAMPANHA DE HELDER BARBALHO

A partir de uma leitura do plano de governo da candidatura do governador eleito e do acompanhamento de seus pronunciamentos públicos, esta seção aponta alguns comentários (pontos de destaque e de atenção) sobre como os temas educacionais foram tratados na campanha.

1.1 | Pontos de destaque:

Diversos temas relevantes para a Educação Básica foram apontados na campanha de Helder Barbalho, seja no plano de governo, nas redes sociais ou em pronunciamentos públicos. Dentre eles, destacam-se:

- A.** Fortalecimento do regime de colaboração com os municípios paraenses no Ensino Fundamental;
- B.** Construção e melhorias na infraestrutura das escolas. Destaque para a continuidade dos investimentos no programa Creche por Todo o Pará, que apoia os municípios na expansão do atendimento na Educação Infantil;
- C.** Ampliação do número de escolas integrais, visando garantir a permanência escolar e interesse pela aprendizagem por parte dos estudantes;
- D.** Expansão das escolas técnicas, priorizando cursos que dialoguem com o contexto vocacional das diferentes regiões do Pará;
- E.** Ampliação da conectividade das escolas estaduais, juntamente com a disponibilização de equipamentos de tecnologia para estudantes e docentes, como tablets e notebooks;
- F.** Valorização do magistério e demais profissionais da Educação, por meio do diálogo com os órgãos de representação;
- G.** Melhorias no atendimento da Educação Inclusiva por meio da interiorização dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE).

1.2 | Pontos de atenção:

Alguns temas relevantes não receberam prioridade durante a campanha e, como será abordado na seção de contribuições, seria importante que fossem considerados em uma agenda educacional sistêmica para o Pará:

- A.** Ações voltadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia na Educação, incluindo medidas para a recomposição das aprendizagens, combate à evasão escolar e ações voltadas para a saúde mental de estudantes e profissionais da Educação;
- B.** A criação de um programa estadual de primeira infância, em que o governo estadual, em regime de colaboração com os municípios, realize ações intersetoriais em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social;
- C.** O estabelecimento de estratégias de fortalecimento à gestão escolar, sobretudo na figura do diretor de escola, a fim de garantir-lhe recursos suficientes, autonomia e apoio técnico com foco na aprendizagem dos estudantes;
- D.** A implementação do novo currículo de Ensino Médio, que exige mudanças relevantes nas escolas estaduais, além de programas de incentivo à permanência dos jovens na escola até a conclusão da etapa;
- E.** O fortalecimento e a modernização da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA) e das Unidades Regionais de Educação, para que tenham sua capacidade de gestão fortalecida, visando superar os imensos desafios educacionais ainda presentes no estado.

Além disso, um tema mencionado pela campanha causa preocupação:

- A.** O plano de governo menciona a expansão de escolas sob supervisão militar. O Todos Pela Educação não considera que essa seja uma estratégia prioritária para a melhoria da qualidade da Educação.

2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO PARÁ

AÇÕES PARA MITIGAR OS EFEITOS IMEDIATOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Combate à evasão escolar, recomposição de aprendizagens e ações de acolhimento e saúde mental

Combater os efeitos imediatos da pandemia na Educação será essencial para garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes. Destaca-se que:

1. Em 2021, o Pará instituiu, por meio da Lei nº 9.388/2021, o **Programa Reencontro com a Escola, com o objetivo de diminuir a evasão escolar**, bem como premiar os alunos que retornaram às atividades presenciais da rede estadual, por meio de auxílio financeiro. Todo aluno da rede estadual passou a ter direito a uma bolsa, paga em parcela única, no valor de R\$ 100,00, desde que comprove estar matriculado. Os alunos concluintes do Ensino Médio em 2021 tinham direito a uma bolsa de R\$ 500,00. De maneira complementar, a secretaria também disponibilizou, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), uma plataforma de monitoramento da frequência escolar, que contribui para a identificação dos estudantes sob risco ou que já evadiram ou abandonaram a escola. É fundamental, em primeiro lugar, que **a parceria com o Unicef seja mantida e fortalecida, aprimorando a busca ativa escolar no estado**. Além disso, o **Programa Reencontro com a Escola pode ser aprimorado e expandido**, agora buscando incidir diretamente na permanência na escola dos jovens em situação de maior vulnerabilidade.
2. Em 2022, o Pará instituiu o **Programa Reforço Escolar - Todos Juntos Pela Educação**, com o objetivo de recompor as aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática, fortemente afetadas pela pandemia da Covid-19. Ainda que o reforço escolar já estava sendo disponibilizado desde o fechamento das escolas em 2020, a partir de 2022, no âmbito do Programa, expandiu-se a programação na televisão de 4 para 7 horas diárias. Ainda que essa ação seja importante, é necessário **estruturar, para os próximos anos, um plano sistêmico que inclua outras medidas**, tais como diretrizes para priorização curricular, disponibilização de avaliações diagnósticas (em junho de 2021 foi aplicada para algumas séries), formação de professores, material didático específico, aumento da carga horária e contratação de professores para aulas de reforço e recuperação presenciais.

3. É essencial garantir investimento em **ações de acolhimento e saúde mental para os estudantes e os profissionais da Educação**. Para além disso, é importante haver uma atuação intersetorial com outros serviços, assegurando que haja atendimento individualizado para casos mais graves.

4. Em 2020, foi instituído o Programa Vale Alimentação Escolar, que consiste no repasse de recursos financeiros às famílias dos estudantes para compra de produtos alimentícios durante a pandemia da Covid-19. Com o retorno das aulas presenciais, o Programa foi descontinuado, no entanto, ressalta-se a importância de garantir a **segurança alimentar dos estudantes**, sobretudo em contextos adversos, a partir da ampliação e qualificação dos investimentos na alimentação escolar.

10 MEDIDAS ESTRUTURAIS DO EDUCAÇÃO JÁ

1) Governança - Fortalecimento da governança da Educação Básica no estado

Fortalecer a governança da Educação Básica é essencial para garantir que o estado e os municípios trabalhem juntos para avançar políticas públicas de Educação. Nesse sentido, ressalta-se que:

1. O Pará é um estado em que quase a totalidade das matrículas de Educação Infantil e de Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão sob responsabilidade dos municípios. No caso dos Anos Finais, 22% das matrículas estão sob responsabilidade do estado. Nesse sentido, não cabe ao governo estadual apenas fazer ações visando os Anos Finais e o Ensino Médio, onde estão grande parte das matrículas, mas também **coordenar a política educacional no território e fornecer suporte e apoio aos municípios para melhoria da oferta educacional em todas as etapas**.

2. Atualmente, o Pará possui alguns programas pontuais em regime de colaboração com os municípios, como o Programa Creche por Todo o Pará, que visa apoiar os municípios na construção de creches para a Educação Infantil, o Programa Estadual de Transporte Escolar (Pete), cujo objetivo é garantir o transporte para os estudantes e o Programa Estadual de Alimentação Escolar, que consiste em complementar os valores repassados aos municípios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Apesar das ações mencionadas, verifica-se que **não há programas estruturados em regime de colaboração com os municípios, sobretudo no que tange à primeira infância e alfabetização**. Neste contexto, o caso cearense, por meio dos programas Mais Infância e Pacto pela Aprendizagem na Idade Certa (Paic), deve servir de inspiração. Neles, o governo estadual dispõe de um conjunto de ações de apoio técnico e incentivo para que os municípios cearenses melhorem seus indicadores de resultados educacionais.

2) **Gestão dos sistemas educacionais** - Modernização da gestão da secretaria de Educação

Fortalecer e modernizar a gestão educacional é fundamental para conseguir bons resultados educacionais. Algumas medidas importantes são:

1. Compor uma **equipe gestora altamente competente** e investir na qualificação dos servidores da Seduc-PA.
2. **Promover uma gestão estratégica da Seduc-PA**, garantindo um planejamento estratégico adequado, metas claras e um monitoramento contínuo durante o mandato.
3. **Aprimorar a capacidade administrativa da Seduc-PA**, criando processos e sistema mais ágeis e eficientes.
4. **Fortalecer as 22 Unidades Regionais de Educação (UREs)**, responsáveis pelo acompanhamento das escolas do interior, **e as 20 Unidades Seduc na Escola (USEs)**, que apoiam as escolas de Belém, garantindo o suporte às escolas e às redes municipais de ensino.
5. Ampliar o diálogo com os profissionais da Educação da rede, assegurando uma **gestão democrática baseada na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito** entre os atores do sistema educacional. É preciso aproximar a Secretaria da Educação das escolas, superar resistências e criar vínculos, fugindo de uma gestão centralizadora.

3) **Financiamento** - Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade

Garantir mecanismos de financiamento mais distributivos é imprescindível para reduzir as desigualdades e fomentar a indução de qualidade. Sendo assim, algumas medidas importantes são:

1. Por meio da Lei nº 9.674, de 24 de agosto de 2022, o estado do Pará instituiu o **ICMS-Educação**, modificando os critérios de distribuição da cota-parte aos municípios, definindo que 10% (dos 35% possíveis) serão repassados com base em indicadores que assegurem a melhoria nos resultados de aprendizagem dos estudantes e aumento da equidade. Neste sentido, é fundamental para a Educação paraense **regulamentar e implementar a referida Lei**, estabelecendo os indicadores que serão considerados como critérios de distribuição.
2. O Pará possui um **Fundo Rotativo**, que tem como objetivo descentralizar recursos financeiros às

escolas, atribuindo maior autonomia aos gestores escolares. Apesar da importância da medida, sobretudo no que tange ao fortalecimento da Gestão Escolar, seria importante aumentar o valor por matrícula e incluir, dentre os critérios de repasse, que hoje são definidos em função da etapa de ensino ou programa na escola (como tempo integral), mecanismos que assegurem **mais recursos às escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade**.

4) **Professores** - Valorização e fortalecimento da profissão docente

Garantir professores motivados, bem preparados e com boas condições de trabalho é fundamental para uma Educação de qualidade. Nesse sentido, alguns caminhos a serem considerados são:

1. Realizar um amplo diagnóstico e planejamento do quadro de professores da secretaria. Caso seja necessário novas contratações, definir se serão feitas via concurso público (o último concurso do magistério estadual do Pará foi realizado em 2018 e desde então mais de 2.000 docentes foram nomeados. Há previsão de novo concurso a ser realizado em 2023) ou por processo seletivo simplificado. Também, ressalta-se a importância de **qualificar os processos de seleção, instituindo avaliação de competências relacionadas à prática pedagógica** (ex. prova prática/demonstração de aula). O último concurso considerou apenas provas objetiva e discursiva, e avaliação de títulos, sem mensurar as competências ligadas a prática pedagógica dos candidatos. Por fim, reforça-se a relevância de **aprimorar o estágio probatório**, garantindo que seja uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento profissional dos professores ingressantes.
2. Em 2022, o Pará atualizou a tabela de vencimentos do quadro do magistério. **O piso salarial do estado para 40 horas semanais (R\$ 3.845) é igual ao piso nacional**. Para além de oferecer salários dignos, é importante **aprimorar e atualizar o plano de carreira atual** (Lei nº 7.442, de 2010), tornando-o mais atrativo e sustentável, considerando a oferta de benefícios, a atribuição de novas responsabilidades conforme a progressão na carreira e evoluções baseadas em competências profissionais orientadas para a melhoria da prática pedagógica.
3. É importante que a secretaria trabalhe um plano visando **garantir uma rotina e condições de trabalho adequadas aos professores**, priorizando que os docentes tenham jornada completa (30 a 40 horas semanais) em apenas uma escola e tempo extraclasse de qualidade para planejamento e outras atividades, como formação.
4. É fundamental **ampliar as políticas de formação continuada**, garantindo que sejam alinhadas entre si e com as políticas pedagógicas da rede e que sejam orientadas pelas necessidades individuais do professor e da escola. Nesse sentido, é importante fortalecer a atuação do Centro de Formação de Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará (Cefor).

5. Para apoiar avanços na formação inicial de professores no Ensino Superior, a Seduc-PA poderia estruturar um programa de **estágio remunerado para os licenciandos** atuarem nas escolas de Educação Básica do estado de forma qualificada.

5) **Gestão escolar - Avanços na profissionalização e no apoio à gestão escolar**

Diretores e suas equipes gestoras qualificadas e apoiadas para atuarem como lideranças nas escolas são fundamentais para garantir a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, considera-se que:

1. De acordo com o Censo Escolar de 2021, cerca de 93% dos diretores escolares da rede estadual do Pará chegaram à função por modalidade não especificada, categorizada como “Outros”, enquanto 5,8% foram selecionados, exclusivamente, por indicação ou escolha da gestão. Neste contexto, torna-se fundamental **realizar um amplo diagnóstico sobre as diversas formas de seleção que prevalecem na rede de ensino, garantindo a incorporação de critérios técnicos e impessoais no processo de escolha**, como entrevistas por competências e apresentação de plano de gestão, podendo ser atrelados a mecanismos de participação da comunidade escolar.

2. Atualmente, a formação dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos das escolas estaduais é realizada pelo Centro de Formação de Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará (Cefor). Em 2021, os cursos voltados para gestores escolares passaram a ser ofertados na modalidade à distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avacefor). As **estratégias formativas para equipes gestoras são fundamentais e precisam ser constantemente aperfeiçoadas e expandidas** pela Seduc-PA, considerando as diferentes fases de desenvolvimento profissional em que os gestores se encontram.

3. As **equipes de gestão escolar necessitam receber contínuo suporte da Seduc-PA**. Isso passa por alguns temas já tratados, como o fortalecimento das Unidades Regionais de Educação e das Unidades Seduc na Escola e os repasses de recursos financeiros direto para escolas via Fundo Rotativo. Ainda, é importante que seja constantemente **reavaliado o quadro de profissionais da gestão de cada escola**, garantindo número suficiente de profissionais com perfil adequado para as funções. A oferta de **ferramentas de gestão** (financeira, administrativa e pedagógica) é outra medida que precisa ser reforçada.

6) Políticas Pedagógicas - Implementação dos currículos reelaborados à luz da BNCC

Políticas pedagógicas coerentes são essenciais para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula e impulsionar a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Nessa temática, algumas medidas importantes são:

1. O Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologado em dezembro de 2018 e do Ensino Médio em agosto de 2021. Nesse contexto, reforça a importância de oferecer as devidas **condições para que o Documento Curricular do Estado do Pará seja implementado em sala de aula**, oferecendo materiais pedagógicos de qualidade e formação continuada específica para o trabalho com os currículos.
2. Desde 2013, o Pará conta com uma avaliação de larga escala voltada para a rede estadual, denominada Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE). Em 2021, foi aplicada uma avaliação diagnóstica em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). É fundamental que tais **avaliações estejam alinhadas aos currículos e garantam devolutivas pedagógicas rápidas e de fácil compreensão às escolas**, para que os professores possam fazer as intervenções pedagógicas com mais qualidade.

7) Primeira infância - Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na primeira infância

É essencial o investimento em políticas voltadas para a primeira infância, garantindo que todas as crianças recebam cuidado integral. Algumas ações importantes são:

1. É importante que o governo estadual do Pará estabeleça uma **Política Estadual Integrada para a Primeira Infância**, desenvolvida a partir da colaboração com os governos municipais e contando com abordagem e coordenação intersetorial, de modo a articular diversas políticas do poder público (como as de Educação, Saúde e Assistência Social). Atualmente, está sendo elaborado o Plano Estadual pela Primeira Infância pelo Comitê Intersetorial coordenado por representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará (Cedca) e da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), que pode apoiar a estruturação da Política Estadual Integrada para a Primeira Infância.
2. O Pará instituiu, em 2021, o programa “Creche por Todo o Pará”, a fim de expandir o atendimento de Creches no estado. Enquanto os municípios ficam responsáveis pela cessão do imóvel/terreno, o governo paraense se responsabiliza pela construção e/ou reforma do espaço, incluindo o

financiamento. Em seguida, a Creche é cedida para a administração das redes municipais. Neste contexto, tal iniciativa pode ser um primeiro passo importante para a **criação de uma Política Estadual de Apoio à Educação Infantil, que também garanta o atendimento escolar universal na Pré-escola e a melhoria da qualidade da oferta educacional às crianças de 0 a 5 anos de idade** (no Pará, em 2019, as taxas de atendimento escolar das crianças de 0 a 3 anos era 20,6% e de 4 a 5 anos de 90,3%, ambas abaixo da média nacional).

8) Alfabetização - Políticas voltadas à alfabetização na idade certa

O trabalho colaborativo entre estados e municípios é fundamental para assegurar que toda criança brasileira esteja plenamente alfabetizada no início de sua trajetória escolar. Nesse cenário, destaca-se:

1. Atualmente, **o Pará não possui uma política estruturada de alfabetização em regime de colaboração com os municípios** (existem ações pontuais como o programa Alfabetiza Pará, que oferece formações para professores e coordenadores pedagógicos para professores da rede estadual). **Seria importante investir na construção de um programa desta natureza, fundamental para que o estado consiga garantir a alfabetização das crianças na idade certa.** É possível se inspirar em políticas exitosas de outros estados, como é o caso do Ceará (atualmente, 11 estados já vêm implementado políticas nesse formato, tendo como principal referência a experiência cearense). Em termos gerais, essa política consiste em oferecer apoio técnico e pedagógico para os municípios em suas políticas de alfabetização (formação continuada para professores, avaliações, materiais pedagógicos, acompanhamento e apoio às gestões municipais, entre outros), além de mecanismos de incentivos financeiros, tais como premiações para escolas municipais e a implementação do **ICMS-Educação (a vigência desse mecanismo, já aprovado no estado, sem um programa de apoio aos Municípios, pode ampliar as desigualdades, de modo que as cidades mais vulneráveis recebam menos recursos).**

9) Anos Finais - Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental

Os Anos Finais no Pará são ofertados na maior parte pelos municípios, mas 22% das matrículas ainda estão na rede estadual. É preciso promover esforços para desenhar uma nova proposta pedagógica para a etapa, em cooperação com os municípios. Algumas medidas importantes são:

1. Implementar ações e medidas, em pactuação com os municípios, que **tornem a escola mais engajadora nos Anos Finais do Ensino Fundamental**, tais como: ofertar disciplinas eletivas e de

projeto de vida, implementar programas de tutoria, incentivar o uso de metodologias ativas de aprendizagem e apoiar protagonismo do adolescente (mesmo em escolas de tempo parcial, essas estratégias são viáveis).

2. Para a implementação de uma nova concepção de escolas dos Anos Finais, é importante **priorizar a expansão das escolas em tempo integral**. Atualmente, apenas 2,6% das matrículas da rede pública do Pará seguem tal modelo. Entende-se que a universalização do acesso às escolas em tempo integral nos Anos Finais como medida transformadora para a Educação do Pará.

3. Em 2022, criou-se, em parceria com a Unicef, o **Programa Estadual de Correção de Fluxo Escolar - “Trilhas no Pará”**, que tem como objetivo reduzir a distorção idade-ano/série, combatendo a evasão e o abandono escolar. Atualmente, um piloto do Programa está em fase de implementação com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, entre 12 e 15 anos, atuando em duas estratégias principais: a formação de professores e gestores escolares e a enturmação de alunos que estão em distorção idade-série, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Estes alunos são inseridos em um currículo organizado com adaptações em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando as estratégias de sucesso escolar. Ao final do ano letivo, estes alunos são promovidos para a turma esperada para a idade. **É importante acompanhar esse Programa, fazer eventuais ajustes apontados na fase piloto, e expandir a atuação de redução da distorção idade-série.**

10) Ensino Médio - Reformulação na oferta do Ensino Médio

É imprescindível garantir uma reformulação no Ensino Médio, investindo em escolas que preparem os jovens para seu futuro enquanto cidadão e profissional. Nesse contexto, destaca-se:

1. O Novo Ensino Médio está sendo implementado em todas as escolas da rede estadual que ofertam essa etapa de ensino no Pará. Em 2019, o governo implementou o projeto “Tempo Ampliado”, que consiste na extensão de 2 horas e 30 minutos na carga horária dos estudantes, cumprida de forma remota em 2020 e 2021. Em 2022, foram ofertadas formações para os professores e gestores escolares acerca da implementação do Novo Ensino Médio. Nesse cenário, é fundamental que a próxima gestão **acompanhe e monitore a implementação do novo modelo** (tanto da formação geral básica como dos itinerários formativos). **Apoiar as escolas** e garantir que as políticas pedagógicas (formação continuada, materiais didáticos e avaliação) estejam alinhadas a essa nova estrutura curricular também é necessário. Além disso, é importante **revisitar a parte flexível do currículo frente às recentes definições do Enem**. Por fim, é central **manter diálogo constante com a comunidade escolar** para que o novo currículo seja implementado de forma adequada, para entender como ela tem avaliado a implementação e quais pontos podem ser ajustados.

2. É fundamental **estruturar os itinerários voltados à formação técnica e profissional**, no âmbito do Novo Ensino Médio, além de expandir o número de escolas técnicas em tempo integral. Nesse sentido, torna-se necessário considerar os arranjos produtivos locais, exigindo, portanto, um diagnóstico constante da vocação regional para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Atualmente, **apenas 12,1% das matrículas do Pará são em Educação Profissional Técnica** (um dos menores percentuais do país), de modo que é **central avançar na expansão do modelo**.
3. Em 2021, **o Pará possuía 3,4% das matrículas integrais no Ensino Médio**, sendo a segunda rede estadual com menor percentual de matrículas do país. (a média brasileira era de 15,5%). Apesar do avanço ocorrido entre 2020 e 2021 (de 23 para 48 escolas), realizado com recursos do Programa de Fomento às Escolas de Tempo Integral do Governo Federal e do Consórcio Desenvolvimento Integral no Pará, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o estado ainda tem muito a avançar nessa agenda. Portanto, é importante **priorizar e acelerar a expansão desse modelo, cuidando de sua implementação**. Essa medida é transformacional para garantir uma melhoria na qualidade das escolas e já abarca grande parte das mudanças trazidas pelo Novo Ensino Médio.

PAUTAS TRANSVERSAIS

1) Tecnologias na Educação

Investir em ações que viabilizem a utilização de tecnologias educacionais é essencial para garantir uma Educação conectada à realidade da sociedade. Ressalta-se que:

1. Com a pandemia, o Pará intensificou o processo de inclusão digital, através da entrega de chips de internet móvel para estudantes da 3ª série do Ensino Médio, em 2020, e de kits de conectividade para estudantes em situação de vulnerabilidade social, em 2021. Assim como apresentado no plano de governo, é importante **construir uma estratégia estadual de médio prazo para viabilizar uma adoção qualificada das tecnologias na Educação**. Isso deve envolver as questões de infraestrutura (conectividade e dispositivos), de implantação de recursos digitais e gerenciamento de dados, além da formação de professores, equipes pedagógicas e de gestão.

2) Educação Inclusiva

É fundamental garantir que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso à Educação de qualidade em escolas comuns. Assim, é necessário ressaltar a importância de:

1. Adoção de **medidas de busca ativa com ações intersetoriais** para os estudantes que estejam

fora da escola, evitando a exclusão escolar para esse público. Além disso, é necessário garantir **condições de permanência**, com oferta adequada de salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio e professores do atendimento educacional especializado, acessibilidade nas escolas e formação de professores. Por fim, tal como aborda o plano de governo, reforça-se a relevância de **expandir os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE)**,

2. Oferta de **formação continuada** ampla, voltada tanto para os docentes de atendimento educacional especializado como para demais professores e profissionais da Educação.
3. Possibilitar que programas de **repasse descentralizado de recursos**, como o Fundo Rotativo, prevejam aplicação dos recursos voltadas para o investimento em inclusão, tais como obras para melhoria da acessibilidade, recursos tecnológicos, aquisição de materiais didáticos acessíveis, etc.

3) Educação Antirracista

*As políticas educacionais do estado precisam avançar no sentido de terem de forma intencional uma **abordagem antirracista e de promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer)**. Isso é uma condição essencial para a evolução da qualidade educacional com equidade. Dentro de um plano estadual para a Educação antirracista, inserem-se, entre outras questões:*

1. Garantir **representatividade nos cargos de liderança da gestão**.
2. Desenvolver **políticas pedagógicas** que tratem o tema de forma qualificada.
3. Investir na **formação dos profissionais da Educação** do estado para trabalharem com a temática de forma intencional.

Saiba mais em:

www.todospelaeducacao.org.br